



ESPECIALIZAÇÃO EM TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA A INCLUSÃO SOCIAL, A DEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL.

*PROBLEMA: ESCASSO RELACIONAMENTO PRODUTIVO
ENTRE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA*

Gabriela Cirino Pizzanelli - gabycp_87@hotmail.com

Hayrton Francis X. de Andrade - mestre_hayrton@hotmail.com

João Henrique Souza Pires - bobpires2@yahoo.com.br

Juscilene da Conceição Barbosa – juscilenecb@yahoo.com.br

Reginaldo Rios de Oliveira –prsociologo@hotmail.com

Foz do Iguaçu/PR

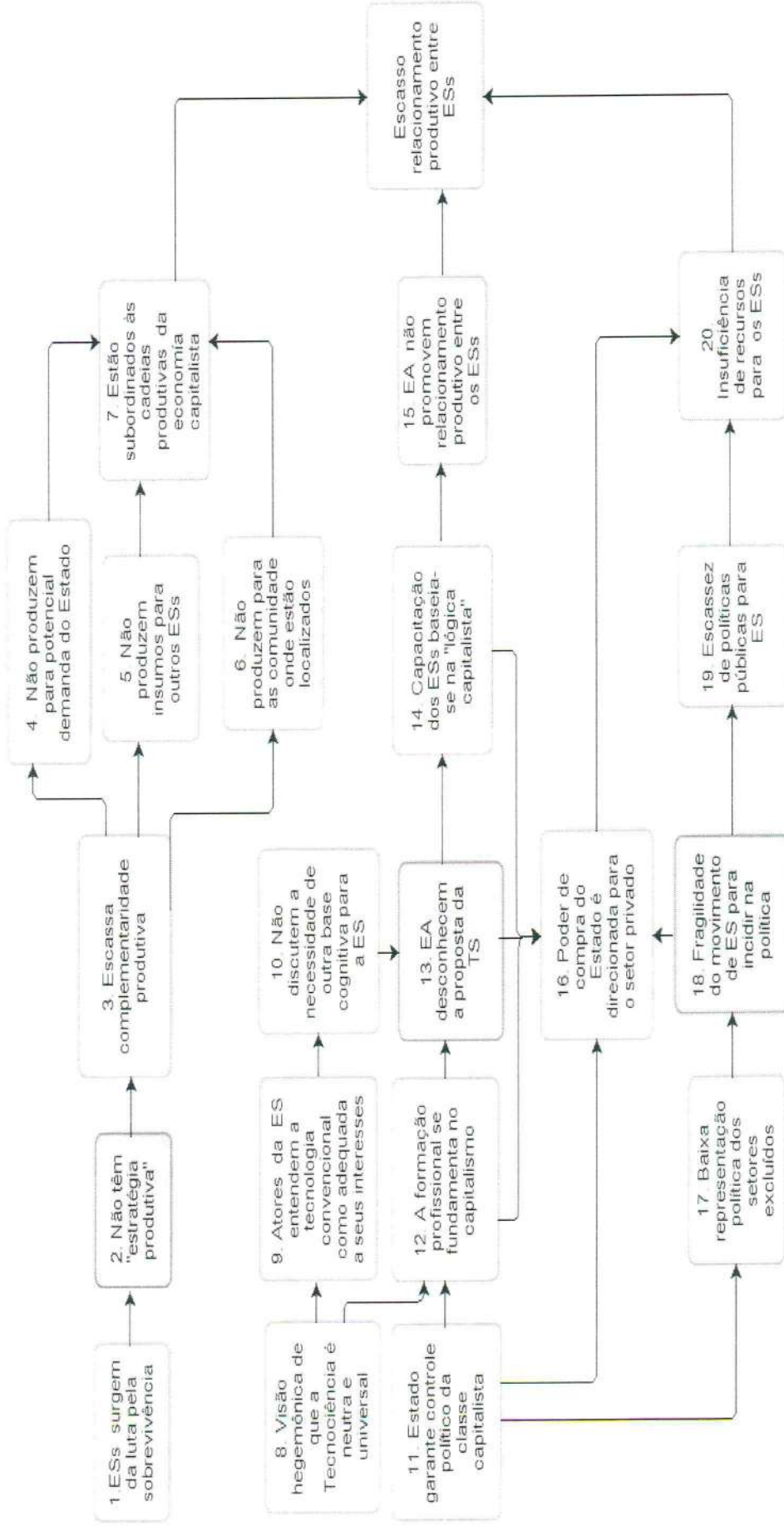
2012

ÍNDICE

1.FLUXOGRAMA	3
1.1 FLUXOGRAMA EXPLICATIVO	4
1.2 PROBLEMA	4
1.3 ATOR QUE DECLARA O PROBLEMA	4
1.4 CONSEQUÊNCIAS	4
1.5 INDICADORES	4
2. DESCRIÇÃO DAS CADEIAS CAUSAIS	5
2.1 OS ESs surgem de uma luta pela sobrevivência	5
2.2 Não têm estratégia produtiva	6
2.3 Escassa complementaridade produtiva.....	7
2.4 Não produzem para potencial demanda do Estado.....	8
2.5 Não produzem para gerar insumos para outros ESS	8
2.6 Não produzem para as comunidades onde estão localizados	9
2.7 Estão subordinados às cadeias produtivas da economia formal	10
2.8 Visão hegemônica de que a Tecnociência é neutra e universal.....	10
2.9 Atores da ES entendem a Tecnologia convencional como adequada aos seus interesses	11
2.10 Não discutem a necessidade de outra base cognitiva para a ES	12
2.11 Estado garante o controle político da classe capitalista	13
2.12 A formação profissional se fundamenta no capitalismo	14
2.13 EA desconhecem a proposta da TS	15
2.14 Capacitação dos ESs baseia-se numa “lógica capitalista”	16
2.15 EA não promovem o relacionamento produtivo entre os ESs	17
2.16 Poder de compra do Estado é direcionado para o setor privado.....	18
2.17 Baixa representação política dos setores excluídos.....	20
2.18 Fragilidade do Movimento de ES em incidir na política.....	21
2.19 Escassez de políticas públicas para a ES	22
2.20 Insuficiência de recursos para ES	23
3 IDENTIFICAÇÃO DOS NÓS CRÍTICOS.....	24
3.1 ÁRVORES DO PROBLEMA	24
3.2 Descrição dos nós críticos	24
3.2.1 ESs não têm “estratégia produtiva”	25
3.2.2 ES desconhecem a proposta da TS	26
3.2.3 Fragilidade do Movimento de ES em incidir na política.....	27
4 PLANO DE AÇÃO.....	29
4.1 Ações a serem implementadas	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
BIBLIOGRAFIA	34

PARTE I: FLUXOGRAMA

1.1 FLUXOGRAMA



1.2 ATOR QUE DECLARA O PROBLEMA: Movimento de Economia Solidária

1.3 CONSEQUÊNCIAS:

- Comprometimento do sucesso das Políticas Públicas para a ES;
- Insustentabilidade dos ESs;
- Enfraquecimento do projeto político da ES e,
- Aumento da exclusão social.

1.4 INDICADORES:

- Não existe registro no SIES de atividades coletivas de adensamento de cadeias produtivas no Brasil;
- Das 650 instituições ligadas a RTS apenas 9% são EA e,
- Apenas 6 Universidades brasileiras trabalham teoricamente a TS.

PARTE II: DESCRIÇÃO DAS CADEIAS CAUSAIS

2.1 Os ESs surgem da luta pela sobrevivência

Fundamentando-se nos argumentos de Rutkowski e Lianza (2004) é possível relacionar o que hoje se chama de Economia Solidária (ES) à luta dos trabalhadores ingleses no século XIX, que, reagindo contra a situação de grande desemprego provocada pela crescente automação da produção nas fábricas capitalistas e numa luta pela sobrevivência, começaram a organizar unidades produtivas coletivas, inaugurando um movimento de autogestão.

Na América Latina o movimento de ES surge como reação da sociedade civil à crise do desemprego em massa que se inicia na década de 1980, agravado pelo neoliberalismo e pela globalização. Os grupos identificados como de ES são formadas por trabalhadores/as, criados como grupos coletivos e autogestionários, chamados de Empreendimentos de Economia Solidária (ESs). Surgem da autodeterminação e de uma luta pela sobrevivência dos excluídos do sistema capitalista, que tentam se organizar para realizar atividades produtivas e/ou de consumo.

Mesmo se identificando como ESs e, assim, se declarando como grupos que se organizam e produzem tendo os princípios da Economia Solidária (a autogestão, a propriedade coletiva dos meios de produção, a colaboração, o trabalho como princípio educativo, entre outros valores) como fundamento de sua organização, a realidade desses empreendimentos está distante deste ideal tanto por sua condição de surgimento e quanto de existência.

Longe de surgirem dentro dessa lógica solidária que anima a ES, com recursos que possibilitem sua estruturação e com apoio técnico que orientem sua organização produtiva, os ESs surgem dentro de uma lógica que aqui se denomina “lógica do desespero”. Essa “lógica do desespero” marca o surgimento dos ESs, ou seja, é a necessidade imediata para tentar garantir trabalho e renda para os trabalhadores/as excluídos do sistema capitalista e abandonados pelo Estado, que orienta o surgimento desses empreendimentos.

É por assim surgirem e não terem apoio posterior que ajude na reflexão dessa condição e no redirecionamento de suas atividades, que muitos ESs não conseguem sobreviver, ou, se continuam, não conseguem gerar os meios necessários para a sustentação dos trabalhadores/as ligados aos mesmos, permanecendo presos nessa

“lógica do desespero”. Percebe-se, nessa situação, a inexistência de estratégias produtivas necessárias que garantam as condições da organização dos ESs.

2.2 Não têm “estratégia produtiva”

Parafraseando Singer (2007) os ESs são caracterizados pela autogestão e organização coletiva do trabalho, onde a relação das pessoas é permeada pela igualdade de direitos, onde os caminhos a serem percorridos são construídos e decididos de forma horizontal sem a figura capitalista do patrão.

Os trabalhadores e trabalhadoras dos ESs tem, em sua maioria, baixo grau de escolarização e pouco conhecimento de gestão. Essa condição dificulta que os mesmos consigam se devolver, especialmente pela velocidade e competitiva imposta pelo alienante sistema capitalista. Junta-se a isso, o fato de que, surgidos naquela “lógica do desespero” os ESs não conseguem pensar a produção para além de algo que lhes der uma sustentação imediata, mesmo que essa seja mínima.

Devido essa circunstância de seu surgimento, se constituem em torno de trabalhadores que detêm habilidades técnicas específicas (artesãos, costureiras, catadores, agricultores, técnicos de manutenção, entre outros), e que desde sempre foram formados para o sistema patronal, assim estão intrinsecamente coercitivo a simplesmente cumprir ordens e realizar uma atividade curta e específica.

Com isto, a falta de estratégia produtiva pode ser condicionada à falta de conhecimento e prática ao trabalhar em modelo organizacional da autogestão, como também, sua própria condição de subordinação ao sistema dominante, que não permite e cria todos os empecilhos possíveis (legais ou não) para que esses trabalhadores e trabalhadoras não possam pensar e organizar sua produção.

Devido à condição de exploração a que são submetidos, e ao que o sistema capitalista determina como “baixa qualificação profissional”, e por sempre estarem em posição de subordinação, falta-lhes experiência em organização e administração de um negócio coletivo, uma vez que suas produções e serviços, em geral, são basicamente situados e restritos às necessidades do capital (Rutkowski e Lianza, 2004).

Nesse sentido, a organização da produção dos ESs a partir de uma estratégia de articulação em cadeias produtivas solidárias não é a orientação para sua criação e organização. Sem estarem articulados em redes e cadeias, como estratégia produtiva, os ESs ficam subordinados às cadeias produtivas da economia formal.

2.3 Escassa complementaridade produtiva

O modelo produtivo capitalista costuma separar o trabalhador que executa a tarefa do trabalhador que pensa o trabalho. O trabalhador que participa diretamente da produção (e é ele também o que tem maior instabilidade no emprego), frequentemente desconhece a totalidade do processo produtivo. Essa situação impacta na forma como os/as trabalhadores/as da ES, antes submetidos à alienante organização produtiva capitalista, organizam os ESs: sem estruturar todo o processo de trabalho e sem pensar a gestão dos empreendimentos, área na qual não têm domínio. Essa situação, aliada à baixa escolaridade, aumenta as possibilidades de fracasso desses empreendimentos ou a continuidade de sua funcionalidade subordinada.

Os ESs que estão, em geral, alienados a manter a produção de sua linha tradicional de produtos ou serviços, assegurada pela experiência dos trabalhadores, encontram limites técnicos para implementar inovações, como o lançamento de novos produtos/serviços, explorar novas oportunidades de troca, quantificar e qualificar a escala de produção.

Em casos estudados sobre os ESs, se percebe a existência de, pelo menos, duas causas latentes que contribuí com a escassa complementaridade produtiva: falta de recursos para aquisição de equipamentos e insumos, e a dificuldade de desenvolver a autogestão, que é consequência da baixa escolaridade e do histórico de subordinação alienante, acarretando dificuldades técnicas de gestão (RUTKOWSKI, LIANZA, 2004).

Os ESs são pouco “solidários” entre si e ainda não se desenvolveu uma rede de relação entre empresas de autogestão, cooperativas e associações, buscando dinamizar a produção pela união de interesses e de complementaridades técnicas e de conhecimentos de gestão, compras de matérias primas e insumos, vendas de produtos e aproveitamento de resíduos ou o compartilhamento de redes de comercialização.

Sem estratégia produtiva que condiciona uma situação de falta de complementaridade produtiva e a subordinação funcional às cadeias produtivas capitalistas, escapam aos empreendimentos três oportunidades que podem potencializar sua produção e orientar sua organização. Essas três oportunidades estão descritas nos pontos 2.4, 2.5 e 2.6.

2.4 Não produzem para potencial demanda do Estado

Pela condição de seu surgimento, marcada por uma lógica de sobrevivência, aquilo que os ESs produzem, muitas vezes, não vai ao encontro de determinadas demandas, mas volta-se para responder às necessidades das cadeias produtivas capitalistas. Assim, não se tem uma qualificação de produtos e serviços que poderiam, num jogo de correlação de forças, atender demandas do Estado. Para Dagnino (2012), o Estado tem um grande potencial de compra que não é sequer percebido pela ES e por conta disso, sua organização produtiva não se volta para esse potencial.

Meu propósito é chamar a atenção para o fato de que a ES possui um potencial capaz de gerar inclusão socioeconômica que vai além do impacto que geraria a produção dos bens e serviços para atender a demanda dos hoje excluídos e que passariam a ser “incluídos” na ES. E, também daquele que começa a ser visível com a política de compras públicas que começou a ser implementada envolvendo a compra de merenda escolar junto à Agricultura Familiar pelas prefeituras brasileiras. Impacto que poderia ocorrer, inclusive, no espaço urbano das nossas crescentemente excludentes metrópoles (DAGNINO, 2012, p. 14).

Assim, os ESs vivendo numa luta constante para sobreviver em meio às contradições do capitalismo, não entram e não conseguem se inserir, conhecer e responder às demandas de compra do Estado, que tem grande poder de aquisição. É necessário que o movimento de ES consiga colocar-se na agenda política e mudar a posição política do Estado a favor da emancipação do trabalhador e da inclusão social, garantindo os recursos necessários para a formação de cadeias produtivas solidárias com o ESs, que organizados dessa forma e com produtos finais que atendam às necessidades de suprir as políticas públicas do Estado, passem a substituir as empresas capitalistas nesse fornecimento.

2.5 Não produzem insumos para outros empreendimentos

Marcados pela falta de complementaridade produtiva e sem a organização em cadeias produtivas, os ESs não conseguem gerar insumos para fazerem o intercâmbio dentro do próprio campo da ES. A produção de um ESs não é pensada para ser matéria prima para a produção de outro ESs. Com isto, reforça-se sua condição de funcionalidade subordinada às cadeias da economia capitalista.

Essa tendência, que é marcada por uma situação de “funcionalidade subordinada” dos ESs em relação às empresas e, por extensão, ao setor informal, não deve surpreender, uma vez que a “lógica” da sua criação nada tem a ver com a que preside a das empresas. (...) essa relação de “funcionalidade subordinada” do setor informal ao formal é tão intensa e abarcante que sua própria separação dentro da economia capitalista deve ser entendida como artificial. Essa separação, sua individualização, e também a

denominação que receberam esses dois setores pode por isso ser legitimamente questionada (DAGNINO, 2012, p. 04).

A opressão das classes dominantes aportados pela condição dada pelo Estado capitalista contribui para a debilidade da produção de insumos e cadeias produtivas solidárias como estratégia de autonomia e sustentabilidade dos/as trabalhadores/as, retirando-os de sua condição e posição de dependência dos insumos do setor formal capitalista.

Pela falta dessa produção voltada para alimentar a própria rede de ES, os bens e serviços produzidos pelos ESs, terminam inserindo-se marginalmente nos elos de baixa rentabilidade das cadeias produtivas do mercado capitalista, debilitando, ainda mais, a possibilidade de articulação produtiva dentro das esferas organizacionais da ES.

2.6 Não produzem para responder as demandas da comunidade local

Outro ponto crucial que decorre da debilidade dos ESs em terem o domínio de todo processo de produção, desde o insumo e/ou matéria prima até o produto final e consolidar cadeias produtivas solidárias, se reflete no fato de não produzirem para a demanda local, ou seja, das próprias comunidades.

Muitas vezes, devido ao contexto que surgem e as habilidades dos trabalhadores que estão envolvidos no processo, como também ao direcionamento da assistência técnica e da tecnologia inadequada aos seus interesses, os ESs, sem perceber, trabalham em vista do mercado capitalista. Assim, esquecem de fortalecer e estreitar laços de produção e consumo dentro de sua própria comunidade, organizando a produção para atender às demandas locais e formando redes de consumo.

As redes solidárias, segundo Mance (2002) são articulações estratégicas de relação entre os ESs, em um processo de realimentação coletiva formando conexões entre diversos atores da ES, completando-se em fluxos de materiais, de informação e de valores, buscando remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas.

No entanto, submetidos ao sistema capitalista, os ESs não conseguem superar o modelo entorpecente imposto pela competitividade do mercado para pensar e estruturar o seu entorno: as famílias, os bairro, as comunidades e outros grupos. “De fato, a informação disponibilizada pela SENAES acerca do modo de operação dos empreendimentos solidários mostra indicadores muito baixos de relação de “compra e venda” entre eles” (DAGNINO, 2012, p. 4)

2.7 Estão subordinados às cadeias produtivas da economia formal

Recorrente de todo seu processo histórico e de sua condição de origem, não é por acaso que os ESs, mesmo com princípios e metas distintos da lógica capitalista, ao final acabam sendo funcional à lógica do capital.

Por não terem uma estratégias produtiva que lhes permitam a reflexão sobre o fortalecimento produtivo da ES a longo prazo, que depende, entre outras coisas do estabelecimento de relações produtivas entre os mesmos, os ESs acabam não produzindo para atender as demandas das comunidades, nem do Estado e muito mesmo para gerar insumos para a própria rede de empreendimentos. O que fica dessa situação de falta de estratégias e complementaridade produtiva é o aprofundamento de sua subordinação às cadeias produtivas capitalistas.

2.8 Visão hegemônica de que a Tecnociência é neutra e universal

A sociedade é permeada pela visão hegemônica de que a Ciência e a Tecnologia são neutras e universais, ou seja, que não estão carregadas de valores e que os “produtos” gerados tanto valem quanto são feitos para todos em todos os lugares.

Esse mito da neutralidade e universalidade está fortemente arraigado e esconde o fato de que a Ciência e Tecnologia respondem a um determinado projeto de sociedade e é dentro desse projeto que vai se desenvolvendo, portanto, sob certas condições e voltadas para fazer acontecer cada vez mais esse projeto de sociedade. Isso caracteriza a impossibilidade de uma neutralidade. Para Barbosa (2008), o mito da neutralidade perpassa pelo direcionamento da pesquisa, pelo método e, principalmente, pelo pensamento de que a Tecnociência se encontrar livre de julgamento de valores, pois

a neutralidade implícita na tese de que a ciência é ou não é neutra é evidentemente uma neutralidade em relação a valores; prova disso é que em muitos contextos, em lugar de “a ciência é neutra” se diz sinonimamente “a ciência é livre de valores”. Os valores neste contexto são os valores sociais, definidos como aqueles que podem variar de cultura para cultura, de época para época, ao longo da história de cada cultura, e de grupo social para grupo social, nas sociedades marcadas por contradições internas (BARBOSA, 2008, p. 97,98).

Para esse autor, a Ciência e também a Tecnologia, pois caminham juntas, ao serem isoladas da esfera valorativa se elevam acima da sociedade e fora do alcance de questionamentos, ganhando um caráter universal. No entanto, como afirma Michel Paty (1997, p. 4) “a ciência não é apenas um conjunto de conhecimentos governados pelos

juízos da razão e da experiência. Ela está também ligada a um contexto cultural e axiológico e repousa sobre valores admitidos pela cultura na qual se insere”.

É essa visão hegemônica de neutralidade e universalidade que encobre o fato de que a Ciência, desde o início, não tinha somente objetivos cognitivos, mas que encarna uma espécie de projeto social e que esse projeto representa não toda uma sociedade, mas uma parcela bem específica que centralizou poderes para determinar os rumos do desenvolvimento econômico, que é cada vez mais impulsionada pelas descobertas no campo da Tecnociência.

Portanto, a Tecnologia, como fruto dessa Ciência, atende aos objetivos dessa sociedade e está carregada dos valores e das concepções necessárias para expropriar, explorar, excluir e dominar. Nesse sentido, construir uma nova economia com novos valores exige um redirecionamento da Ciência e uma adequação da tecnologia capitalista aos interesses desse novo projeto de sociedade igualitária.

2.9 Atores da ES entendem a tecnologia convencional como adequada aos seus interesses

A visão da neutralidade da Tecnociência, como não poderia deixar de ser, também orienta a leitura dos diferentes atores que fazem a Economia Solidária. Isso pode ser comprovado facilmente tanto na falta de debates, exposições de preocupações e outros atos que discutam e façam a crítica dessa falsa neutralidade e universalidade quanto na falta da crítica à Tecnologia Capitalista. Junta-se a isso, o fato de que muito da crítica feita à Tecnologia tem um viés determinista e paralisante, o que afirma ainda mais essa tese da neutralidade.

Os atores da ES não entendem que a Ciência direciona suas pesquisas de forma a beneficiar a classe capitalista dando-lhes as condições cognitivas e técnicas que qualificam cada vez mais sua forma de extrair a mais-valia dos trabalhadores.

Sem essa compreensão não fazem a crítica à Tecnologia Capitalista e a entendem como adequada aos seus interesses, bastando para isso serem propriedade coletiva nas mãos dos/as trabalhadores/as organizados para a autogestão. Novaes (2010), ao discutir esse fetiche da tecnologia, se apresentando a todos como possibilidade, identifica os motivos que leva “os pesquisadores da Economia Solidária e os trabalhadores de FRs a acreditar que a última tecnologia é sempre a melhor, servindo

tanto aos propósitos de empresas convencionais quanto aos propósitos da autogestão” (2010, p. 59-60).

No entanto, carregada dos valores da economia capitalista, a tecnologia convencional não pode servir aos interesses da ES, pois é feita para levar a cabo um projeto de expropriação, de poupar mão de obra, de explorar os recursos naturais ao seu limite e de acumulação cada vez maior. Portanto, a simples transferência da tecnologia convencional ao controle dos trabalhadores jamais vai atender aos interesses de uma economia baseada numa lógica solidária, pois “artefatos tecnológicos que nos parecem no dia a dia neutros, intrinsecamente bons, produzidos tão somente para resolver problemas práticos, contém relações sociais historicamente determinadas” (NOVAES, 2010, P. 73).

Assim, a Economia Solidária, baseada em valores solidários, não pode subestimar a força dos interesses e valores contidos na tecnologia capitalista fabricada para produzir lucro.

2.10 Não discutem a necessidade de outra base cognitiva para a ES

A discussão da adequação sociotécnica e de outra tecnologia para a Economia Solidária ainda está distante do centro de discussões que movimenta os atores da ES. A lógica que movimenta essa proposta exige outra base cognitiva, o que ainda não está claro para aqueles que constroem essa economia.

Como projeto novo de sociedade baseado em valores totalmente antagônicos ao capitalismo a ES necessita de uma Tecnologia que também responda a esse projeto, por isso a necessidade da discussão da tecnologia social. Nessa perspectiva, Dagnino (2012) entende a “ES como um “foguetete em fase de projeto”. E a TS como sua “plataforma cognitiva de lançamento” (p. 32).

O fato da ES de não fazer a crítica à Tecnologia Tradicional como inadequada aos seus propósitos e não fazer a reflexão sobre o tipo e formato de tecnologia que corresponderia ao seu projeto de sociedade, está também relacionada a esse mito da neutralidade tecnológica que estando arraigada nos centros acadêmicos são ensinadas aos profissionais que depois atuam nas Entidades de Apoio (EA) da Economia Solidária. Essa visão de que qualquer tecnologia é boa para qualquer fim e vale para qualquer público, respalda que as EA não contribuam com a reflexão acerca de que tecnologia seria adequada à ES, para construir sua base cognitiva.

Portanto, não discutem também a necessidade da Tecnologia Social para a ES, tema que será descrito mais abaixo e de forma mais detalhada.

Nesse sentido, concordando com Dagnino (2012) há a necessidade tanto de construção da Tecnologia social quanto de um processo de adequação sociotécnica da tecnologia convencional aqui entendida como “o processo que busca levar a cabo, resignadamente, uma vez que a ninguém interessa “voltar às cavernas” ou “jogar a criança com a água do banho”, chegara à TS a partir da tecnologia capitalista (p. 3, 4).

2.11 Estado garante o controle político da classe capitalista

A Economia Solidária, como movimento contra-hegemônico, realiza sua luta num campo político que não lhe é propício, pois a luta política, que passa por dentro do Estado, se dá numa correlação de forças muito desigual. O Estado brasileiro sendo democrático e de todos na força da Lei, nas suas práticas tem se colocado do lado de uma classe que à custa da exploração e expropriação dos/as trabalhadores/as tem conseguido manter seu projeto de dominação.

Para O’Donell (1980) a condição do Estado como garantidor e organizador da sociedade capitalista tende a esconder essa condição, naturalizar as relações de desigualdades de uma sociedade de classe e colocar-se fora e acima da sociedade, o que ele chama de Fetiche do Estado.

Para esse autor ao colocar seu poder de intermediar relações, as instituições públicas e o direito em benefício de uma classe capitalista em detrimento da classe trabalhadora, o Estado torna-se essencialmente capitalista e buscará sempre alinhar seu funcionamento às necessidades dessa classe. O aparelho ideológico estatal será usado para garantir a continuidade das relações produtivas que sustentam esse modo de organizar a sociedade.

Dagnino (2009) discute como esse Estado, criado e organizado pela e para a classe dominante, além dessa preferência ideológica, herda certas características da Ditadura Militar que “associava patrimonialismo e autoritarismo com clientelismo, hipertrofia com opacidade, insulamento com intervencionismo, deficitarismo com megalomania.” (DAGNINO, 2009, p. 29). Para esse autor, esse conjunto de características marca a forma de se fazer política hoje, em todos os campos e garante a reprodução das relações Estado-Sociedade que, ofuscando as contradições que lhe são

inerentes, impossibilitam uma participação ativa da sociedade civil na construção de uma sociedade para além do capital.

Assim, para Dagnino (2009), a configuração atual do Estado brasileiro, a forma como ainda se tem reproduzido sua relação com a sociedade-civil, o conteúdo e forma de suas políticas tem garantido a concentração de poder econômico e político em uma classe bem específica dessa sociedade – a classe proprietária, impossibilitando ou dificultando o crescimento de outras formas de organizações que colocam em evidência as contradições do modo de produção capitalista e que dificultam sua participação em termos mais igualitários no jogo de poder que se estabelece dentro desse Estado.

2.12 A formação profissional se fundamenta no capitalismo

Em nossas sociedades, historicamente, tem ocorrido uma relação entre a formação profissional e os interesses das classes dominantes, se estruturando, a primeira, para responder às demandas dos segundos. Assim, a educação no ensino superior tem sido funcional a reprodução do sistema socioeconômico capitalista. Recorrendo a Lombardi (2006, s/p) "cada formação social produziu uma educação em sua organização, conteúdo, aparato didático-pedagógico, adequada ao modo de produção da vida material, social e espiritual de seus membros". Desta forma, o sistema atual gera uma educação funcional às suas formas de produção e reprodução da vida, baseada na exclusão de amplos setores da população e concentração de recursos em poucas mãos e formando pessoas que possam desempenhar e replicar essa lógica imposta pelos setores dominante.

As instituições de ensino, que formam a maioria dos técnicos que desenvolve trabalhos junto aos ESS, também respondem a essa lógica e se estruturam em função das demandas desse sistema nos diferentes momentos históricos. Novaes (2010), fazendo referência a Florestan Fernandez argumenta que a universidade é

ao mesmo tempo determinada pelo sistema capitalista e, em menor medida, determinante do mesmo. A educação brasileira foi: "montada para servir as relações de dependência", recebendo "maior influência do ritmo do capitalismo e menor influência do ritmo do capitalismo subdesenvolvido". "E se perguntava: Qual o tipo de crescimento desejado e qual o tipo de desenvolvimento educacional (Novaes 2010);

A concepção hegemônica em nossa sociedade entende o desenvolvimento como crescimento econômico desconsiderando os aspectos sociais e humanos. Esta concepção tem como fundamento a ideia de que o mercado tem a capacidade de resolver os problemas da sociedade, através da geração de trabalho e renda, absorvendo

os desempregados e melhorando a qualidade de vida da população. Nesse sentido, a formação tende à reprodução das lógicas de acumulação, competência e hierarquização do trabalho e da tomada de decisões. Formando profissionais orientados para a resolução de problemas das empresas e não para a resolução dos problemas sociais (habitação, educação, saúde, etc.), a formação acaba sendo funcional a lógica capitalista e ao trabalho das empresas do capital. Portanto, não responde às necessidades de um desenvolvimento alternativo, humano e solidário, baseado na autogestão da sociedade e em relações sociais igualitárias e coletivas.

2.13 Entidades de Apoio desconhecem a proposta da Tecnologia Social

Tendo em conta o modelo socioeconômico atual, que tem a tecnologia convencional como sua base cognitiva de produção e reprodução, e as relações funcionais da educação com esse modelo, os profissionais não são treinados para compreender a tecnologia como uma construção social (Pinch e Bijker, 1987). Construção da qual participam diferentes atores e que geram impactos econômicos e culturais. Essa formação, como mencionado anteriormente, está orientada para o trabalho nas empresas capitalistas que utilizam a tecnologia convencional (TC).

Portanto, a maioria destes profissionais utiliza e replica a TC, compartilhando o senso comum que a Ciência e a Tecnologia são neutras (não influenciada por valores ou interesses de classe) e que a tecnologia é adequada para qualquer processo de produção e funciona em todos os contextos. Além disso, esses profissionais possuem uma visão do determinismo tecnológico, na qual o desenvolvimento tecnocientífico é entendido “como um caminho linear inexorável e a tecnologia como tendo uma lógica autônoma regida pela eficácia e pela eficiência” (FRAGA, 2011, p. 108). Deste modo, se entende o desenvolvimento social como determinado pelo desenvolvimento tecnológico, acreditando-se que as tecnologias de ponta, ofertadas pelo mercado, são as melhores, mais eficientes e adaptáveis a qualquer situação.

Isso leva ao desenvolvimento de tecnologia sem a participação dos atores/usuários. Desconsidera-se, também, essa participação nos processos que adequem essas tecnologias às necessidades e demandas específicas. Ao invés de incluir as percepções e saberes dos atores, o que se tem é um processo de exclusão dos mesmos no desenvolvimento de tecnologia, como se esta pudesse se produzir com êxito deslocada do contexto no qual vai ser utilizada.

Essa forma de ação se baseia na concepção de que a universidade tem que desenvolver conhecimento e depois oferecê-lo à sociedade. Desta forma, “a concentração do esforço no lado da oferta, para tornar a universidade capaz de oferecer conhecimento à sociedade, é vista pela comunidade de pesquisa como sua única responsabilidade. Se a sociedade utiliza ou não esse conhecimento, não é entendido como um problema seu” (DAGNINO, 2011, p. 10).

Nesse sentido, a identificação do problema que aponta a solução tecnológica que vai ser desenvolvida, também é, geralmente, feita pelos técnicos, baseados em seu entendimento da situação, ficando muitas vezes longe das verdadeiras dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos e/ou comunidades às quais vai ser dirigida.

Levando em conta todo o exposto anteriormente, constata-se que a variável tecnológica é desconsiderada pelos profissionais em sua intervenção junto aos ESs. Os atores envolvidos nessas práticas contra-hegemônicas não consideram necessário, para viabilizar o projeto social da ES, o desenvolvimento de tecnologia adequada a seus princípios, interesses e valores. Isto se converte num grande problema, sobretudo se se considera que a tecnologia convencional não foi criada para responder aos interesses da ES, e sim a interesses e lógicas contrárias à autogestão, à horizontalidade e à solidariedade perseguida pelos ESs.

Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento alternativo proposto pela ES requer tecnologias que superem o trabalho alienado (permitindo aos trabalhadores a compreensão e reflexão sobre seu trabalho) e desmontando a estrutura do poder capitalista na sociedade. A superação do trabalho alienado “demanda uma tecnologia que possibilite o controle e trabalho coletivo, que seja ambientalmente sustentável, que tenha em conta o respeito à saúde do trabalhador, que promova relações igualitárias de gênero, etc” (FRAGA, 2011, p.114)

Para a compreensão destes dilemas e do desenvolvimento de tecnologias que permitam uma real solução dos problemas produtivos e sociais, é preciso que as reflexões sobre a forma na qual se dá a construção da tecnologia nas nossas sociedades esteja presente na formação dos profissionais, instituições e universidades que apoiam e trabalham com iniciativas de ES.

2.14 Capacitação dos ESs baseia-se na “lógica capitalista”

Como explicado anteriormente, a formação dos técnicos está estruturada para perpetuar um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico, fornecendo ferramentas de gestão, administração e relações de produção capitalistas hierárquicas e alienantes, que separam a concepção da execução do trabalho, e fragmenta e especializa o conhecimento e as tarefas. Esse processo garante o controle capitalista e “rouba” do/a trabalhador/a a percepção da unidade do processo de produção e a importância do trabalho realizado para o produto final.

Mas, na prática, alguns desses profissionais, formados sob essa lógica, têm que desenvolver seu trabalho com as empresas que buscam outras formas de organização da produção, com processos de autogestão e apontam para um outro desenvolvimento, mais humano e digno. É neste momento que entram as contradições entre as ferramentas que as EA conhecem e as necessidades dos ESs.

Estes técnicos, que historicamente são treinados para servir a interesses da classe dominante, muitas vezes não conseguem entender os anseios dos movimentos sociais e dos empreendimentos de autogestão com os quais trabalham. Agindo de forma paliativa, replicam soluções específicas para problemas que surgem durante a sua intervenção. Guiados por uma lógica de ação desesperada e acrítica que tenta evitar o fracasso dos empreendimentos produtivos. Dessa forma, perde-se o sentido crítico da ação com fins de emancipação e a visão de totalidade na análise dessa realidade na qual estão imersos os ESs.

Partindo do entendimento da ES não só como um conjunto de iniciativas isoladas na luta dos trabalhadores pela sobrevivência, e sim como uma possibilidade de superação do capitalismo e de construção de uma nova sociedade, se faz necessário um planejamento em longo prazo coerente com a “lógica solidária” e evitando ações pontuais e isoladas, assim como soluções construídas pelos técnicos sem a participação dos atores e populações envolvidas.

2.15 Entidades de Apoio não promovem relacionamento produtivo entre os ESs.

Tendo em vista a situação antes descrita, referente ao tipo de formação e ao desconhecimento da proposta da TS por parte dos profissionais que fazem parte das Entidades de Apoio, o relacionamento produtivo, como estratégia de longo prazo, não

aparece no horizonte das práticas pontuais, paternalistas e paliativas que as EA desenvolvem. Não parece existir uma aposta, por parte desses profissionais, na mudança social e sim na reprodução da lógica do desenvolvimento pensado como crescimento econômico. Sua intervenção está baseada nas lógicas antes mencionadas de solução a problemas pontuais, procurando o êxito das experiências na concorrência no mercado com empresas capitalistas e gerando uma dependência desse mercado na compra de insumos para produção e na venda dos produtos finais dos ESs. Portanto, não se visualiza a potencialidade do relacionamento produtivo entre os Empreendimentos de ES, mediante a formação de cadeias produtivas para tornar sustentável esse projeto de sociedade, possibilitando a geração da maior autonomia possível desses empreendimentos do mercado formal.

Um exemplo dessa situação é o trabalho realizado pelas incubadoras de empreendimentos das universidades tanto no Brasil como Uruguay, que centram sua intervenção no trabalho com empreendimentos já formados e procuram melhorar as atividades produtivas realizadas pelos mesmos, sem levar em conta que esses ESs surgem, como discutido anteriormente, baseados numa lógica desesperada de luta pela sobrevivência. Portanto, não se propõe uma estratégia produtiva adequada à superação da sua condição subordinada à economia formal, o que leva esses ESs ao desenvolvimento de atividades produtivas que não são pensadas de forma estratégica. Não examinam o tecido produtivo local e nem procuram “nichos de mercado” nos quais a economia formal não tenha incursionado ou exista a possibilidade de substituir produtos desenvolvidos pelas empresas capitalistas por produtos da ES. A reversão dessa situação requer uma perspectiva metodológica de tipo “macro”, que depende das incubadoras universitárias para sua concepção e aplicação.

Essa perspectiva, apoiada nos recursos cognitivos existentes nelas e nas universidades, seria a responsável pela identificação/seleção de atividades econômico-produtivas (algo assim como o que no ambiente privado se denomina “nichos de mercado”) passíveis de serem levadas a cabo por empreendimentos solidários.

O procedimento a ser recorrentemente aplicado, além de coerente com o próprio conceito de empreendimento solidário no que se refere à propriedade coletiva dos meios de produção, práticas autogestionárias, etc., teria que levar em conta os critérios-objetivo de independência das redes de economia solidária em relação ao setor formal da economia (circuito privado, mercado) com vistas ao adensamento de cadeias produtivas e seu completamento à montante e à jusante. (DAGNINO, 2011, p. 182)

2.16 Poder de compra do Estado é direcionado para o setor privado

Mesmo sendo o Estado uma instância a serviço dos interesses da classe capitalista, caracterizando-se como um Estado capitalista, entende-se também que esse Estado precisa ser transformando para atender aos interesses da Economia Solidária. A sua capacidade de aportar recursos e seu poder de compra, até agora, voltados para o setor privado, precisam ser redirecionados para os Empreendimentos de Economia Solidária, como forma de garantir-lhes os meios necessários, como direitos dos mesmos, para contribuir com sua sustentabilidade.

A importância da participação desse ator pode ser medido pela própria indústria capitalista que só consegue manter-se pela intervenção do Estado que se dá, de acordo com Dagnino (2012) na produção da infraestrutura necessária à sua instalação, no direcionamento de políticas e recursos de apoio a esse setor, inclusive na pesquisa para geração da tecnologia adequada aos seus interesses. Na fabricação e perpetuação da ideologia que sustenta a forma de relação produtiva que lhe é propícia, na injeção de recursos diretamente nas empresas e na manutenção da segurança e outros mecanismos de coerção que dão às empresas as condições de desenvolvimento.

Mas não só isso, a ação do Estado a favor das empresas privadas avança na garantia da compra de seus produtos e serviços. Dessa forma, sendo subsidiado para o processo de produção e tendo a certeza de que o resultado dessa produção tem um destino certo: suprir a necessidade de bens e serviços do Estado na implementação das políticas públicas e em outros serviços, as empresas privadas tem seu ciclo de desenvolvimento assegurado.

Se esse aparato é utilizado para beneficiar e assegurar a “sustentabilidade” das empresas do setor privado na execução de sua forma específica de produção que exclui, expropria, explora e destrói, é uma questão de justiça transformá-lo para que seja um Estado da Economia Solidária cuja prática econômica é de inclusão, propriedade coletiva dos bens e dos saberes e conhecimentos, autogestão e preservação ambiental.

Nesse sentido, essa reversão da atuação do Estado em favor da ES pode impactar de forma a contribuir com a reversão da situação de falta de recursos que é um dos fatores que dificultam a organização dos Empreendimentos de Economia Solidária em cadeias produtivas, condição necessária para que haja complementaridade produtiva e conseqüentemente relações produtivas entre os mesmos e assim, saírem da condição subordinada às cadeias produtivas da economia formal.

2.17 Baixa representação política dos setores excluídos

“Olhar” para o Estado brasileiro e buscar compreender como este foi sendo forjado para atender os interesses da classe dominante, ajuda a compreender a pouca participação política dos setores excluídos no jogo político institucional e consequentemente a pouca expressão de suas necessidades na agenda política governamental.

Para Gaiser e Asseburg (sem data, p. 2-3) identificar essa situação de apatia dos setores excluídos exige compreender que

suas raízes mais distantes já foram bem examinadas e compreendidas, desde a formação da sociedade escravocrata e da instauração da cultura política da dívida e da dívida moral subsequente, dos escravos e homens pobres para com os mandatários e senhores de terras. Tal cultura de mando e subserviência haveria transcendido ao domínio privado das fazendas e engenhos, sobrevivido à abolição da escravatura, reaparecido na ordem coronelista e, por diversos caminhos, chegado aos nossos dias, onde substitui e subtrai os direitos básicos da cidadania, ao mesmo tempo em que se reifica em todas as paragens o artifício do seu ocultamento, isto é, o fetiche da igualdade, do encurtamento das distâncias sociais.

Para Dagnino (2009) transformar esse Estado e colocar sua agenda a favor dos setores excluídos exige uma conscientização, mobilização e participação desses setores, para “paulatinamente, o caráter do Estado ou sua incapacidade de “funcionar” para a classe trabalhadora seria alterado” (2009, p.35).

E isso exige que esses setores excluídos consigam construir formas de superar as condições históricas, culturais e econômicas que os distanciam dos cenários de lutas políticas, e fazer a mudança desse “Estado Herdado” para um “Estado Necessário”, que só se dará com sua representatividade política.

A Economia Solidária se insere no universo dessas formas construídas pelos setores excluídos e pelas organizações que lhes apoia para superar sua condição de marginalização e exclusão e, como movimento organizado, representa uma possibilidade de articulação e mobilização para construir esses caminhos de representatividade política. Essa representação da Economia Solidária nos espaços de decisão política pode ser uma estratégia para ir construindo o “Estado Necessário” que será “aquele que abrigue e alavanque a Economia Solidária” (DAGNINO, 2012, p. 294).

2.18 Fragilidade do movimento de Economia Solidária para incidir na política

Mesmo estando organizado em fóruns e redes e com uma articulação nas 27 unidades federativas do País, o Movimento de Economia Solidária ainda tem muitas fragilidades que repercutem na sua forma de relação com o Estado e na sua capacidade de incidir na política nacional para colocar na agenda pública o debate sobre suas prioridades e fazer suas reivindicações serem traduzidas em políticas que subsidiem sua organização.

Esse fato tem relação com a própria condição de organização da sociedade civil, dos entraves a essa organização e com o fato da Economia Solidária ser um movimento recente, mesmo com seu rápido crescimento. Esse crescimento indica a importância deste e ao mesmo tempo a necessidade de seu fortalecimento para incidir na política nacional e garantir, assim, os aportes necessários para seu desenvolvimento, inclusive os recursos para sua organização em redes e cadeias.

A criação e inserção dos ESs no movimento mais amplo tem uma importância, pois de acordo com Dagnino (2009) a forma como esses empreendimentos são criados não possibilitam sua articulação em redes e cadeias, o que tem um impacto na articulação do próprio movimento, pois sua criação é marcada por uma situação de “funcionalidade subordinada”. (DAGNINO, 2009, p. 4).

O próprio Fórum Nacional de Economia Solidária (FBES), instância responsável pela mobilização e articulação das bases da Economia Solidária em todo o país, percebe essa fragilidade e a necessidade de convergência com outros movimentos do campo popular para fortalecer as bases da economia solidária.

A importância da somatória de forças e da expectativa de convergir as ações e projetos políticos unificando lutas e bandeiras, sendo que a expectativa do FBES é que os movimentos sociais convergentes mobilizem suas bases para [...] a partir de suas experiências de economia solidária fortalecer o movimento de economia solidária. (Secretaria Executiva da FBES)

O momento político atual e as condições postas pode ser favorável para o Movimento de Economia Solidária, cujo crescimento e visibilidade já influenciaram a criação de uma Secretaria Nacional, mas precisa ser mais fortalecido, a partir de todas as suas bases, para incidir de forma decisiva sobre a agenda política governamental em todas as suas instâncias, garantindo as políticas públicas que assegurarão seu desenvolvimento.

2.19 Escassez de políticas públicas para Economia Solidária

Mesmo com o evidente avanço de políticas, programas e projetos que tem como objetivo o fomento e fortalecimento da Economia Solidária, estas ainda são escassas, pontuais, de recursos limitados e as estratégias não levam em conta as reais dimensões materiais e a Tecnologia Social. E é isso que pode alavancar os Empreendimentos de Economia Solidária em sua forma específica de organização, que tem como alicerce a lógica da solidariedade e como características principais a autogestão, a cooperação e a propriedade coletiva dos meios de produção.

Essas características exigem políticas que sejam adequadas às necessidades de organização da Economia Solidária, ou seja, que o perfil das políticas públicas de Economia Solidária vá ao encontro da forma específica desse setor econômico.

De acordo com Filho (2012) as políticas públicas de Economia Solidária têm as seguintes características: estão num processo de construção, são políticas fundadas em parcerias, com forte vocação indutiva e como vetores de organização da sociedade. No entanto, o próprio autor afirma que somente a primeira característica reflete o conjunto de políticas em execução hoje, as demais são vistas mais como uma vocação dessas políticas, mas não se evidenciam em práticas que as realizem de fato, ou se restringem a ações que não desenvolvem o potencial econômico dos ESs.

Nesse sentido, as políticas públicas para economia solidária precisam sair do enclausuramento setorializado em que se encontram e apontar perspectivas mais ousadas, garantindo os recursos, os fundos públicos, que financiem o seu desenvolvimento.

Mesmo com a criação da Secretária Nacional de Economia Solidária – SENAES em 2003, fato que representou um avanço muito grande no sentido da constituição de um espaço institucional de construção das políticas de Economia Solidária, a falta de um marco legal e de uma lei específica, ainda deixam as políticas públicas para esse setor “amarradas” à vontade política de determinado governo mais ou menos simpáticos, e isso em todas as instâncias governamentais.

Além disso, essas políticas públicas devem “olhar” para a capacidade de compra do próprio Estado e buscar que “o Estado que temos, ainda que apenas por “simetria”, faça pela ES e os empreendimentos solidários aquilo que faz pelo setor formal da economia e suas empresas. E isso envolve o uso do poder de compra” (DAGNINO, 2012, P. 296).

2.20 Escassos recursos para a Economia Solidária

As poucas políticas públicas voltadas para Economia Solidária se refletem em escassos recursos para esse setor econômico e, conseqüentemente, na manutenção das iniciativas de Economia Solidária sempre num plano de sobrevivência imediata, o que, em muitos casos, acaba por inviabilizá-las.

Sem os recursos necessários que garantam os meios de sua organização diferenciada em redes e cadeias produtivas solidárias, estratégia que os libertem da dependência do mercado capitalista, os empreendimentos da economia solidária continuam operando numa lógica do desespero.

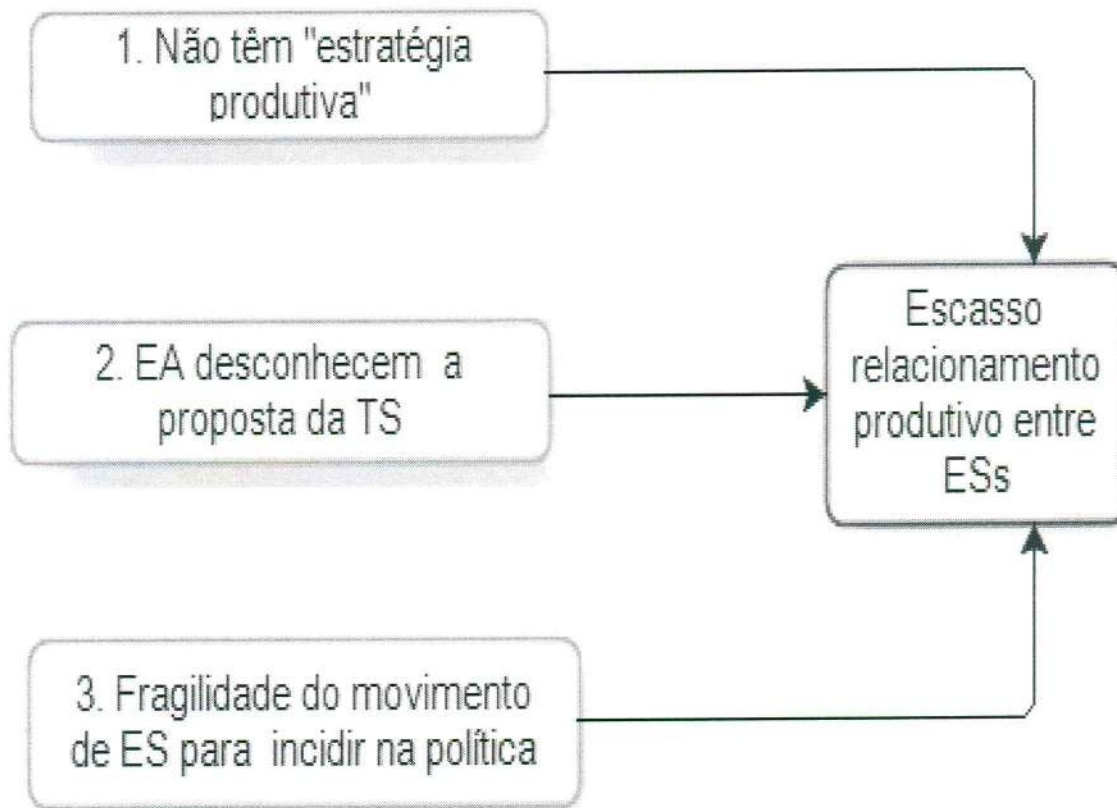
Não conseguem também avançar em sua organização produtiva e os financiamentos existentes não contemplam a especificidade da organização da Economia Solidária. Dessa forma, a luta para conseguir recursos que financie suas atividades acabam se limitando a pequenos projetos pontuais, o que não responde à necessidade de ampla organização dos empreendimentos em cadeias produtivas, estratégia que proporciona a complementaridade produtiva e o relacionamento produtivo entre os mesmos.

Nesse sentido, é importante ressaltar que exigir políticas públicas que garantam os recursos em volume necessário para a Economia Solidária se torna um direito e uma questão de justiça, visto que os/as trabalhadores/as que formam esse setor econômico são os/as mesmos/as excluídos do mercado formal que se expandiu com o financiamento estatal.

Dagnino (2012) ressalta que o Estado deve não somente viabilizar os aportes necessários para a organização produtiva solidária, mas também garantir a compra dos produtos e serviços gerados nesse setor, que não mais passariam pelo mercado como mercadorias, mas que teriam como finalidade a satisfação das necessidades humanas. Esse autor também defende essa ideia como uma questão de justiça, pois “em nenhum país capitalista a empresa privada sobrevive sem o Estado” (DAGNINO, 2012, p. 299), assim, “é economicamente justificável e socialmente legítimo que a ES e os empreendimentos solidários que brotam da economia informal contem com um apoio do Estado pelo menos proporcional à parcela da população com eles envolvida” (DAGNINO, 2012, P. 299).

PARTE III: IDENTIFICAÇÃO DOS NÓS CRÍTICOS

3.1 ÁRVORE DO PROBLEMA



3.2 EXPLICAÇÃO DOS NÓS CRÍTICOS

A escolha do que aqui se denomina de “nó crítico” relaciona-se com a capacidade dessa causa de, ao ser “desatado” esse nó, ou seja, ser resolvido, impactar de forma direta e incisiva sobre o problema, contribuindo para resolvê-lo.

Essa escolha leva em consideração três fatores: o grau de governabilidade do ator que declara o problema (nesse caso o Movimento de Economia Solidária) para atuar diretamente sobre essa causa; o fato deste ser um centro oportuno de ação política e, por último o que já foi descrito, o seu grau de impactar no problema para resolvê-lo.

Assim, como forma de explicitar melhor, a escolha desses nós críticos, descreve-se, abaixo, como se identifica esses três fatores em cada um, que justificam sua escolha como causas que tem um alto impacto sobre a situação problema.

3.2.1 Nó crítico: Não têm “estratégia produtiva”

A forma de surgimento dos Empreendimentos de Economia Solidária, marcada pelo que aqui se vem chamado de “lógica do desespero” impossibilita que os mesmos consigam planejar sua organização produtiva a longo prazo. O que motiva a formação desses grupos é a busca desespera por um meio de subsistência e isso se reflete na falta de estratégia produtiva dos ESs..

É negado aos ESs as condições para a superação dessa “lógica do desespero” e a passagem para uma lógica solidária. A passagem de uma a outra é dificultada pela falta dessa estratégia produtiva o que aprofunda a sua subordinação às cadeias produtivas dominantes. Sem estratégia produtiva, que para esse trabalho se dá a partir da articulação dos ESs em redes e cadeias produtivas de produção e consumo, o que fica como possibilidade para os ESs é sua inserção marginalmente nas cadeias produtivas dominantes.

A escolha dessa causa como nó crítico é importante porque a sua solução ajudar a superar o problema declarado. A condição como surgem e se desenvolvem os ESs, não lhes possibilita pensar a sua organização produtiva e tão pouco estabelecer parcerias solidárias na direção de formação de cadeias e redes produtivas solidárias e, conseqüentemente, estabelecerem complementaridade produtiva. Assim, as reflexões e ações em vista de formulação dessas estratégias produtivas contribuem para solucionar o problema da falta de relacionamento produtivo entre os empreendimentos de Economia Solidária.

Outro motivo para seleção dessa causa como nó crítico é a governabilidade que o movimento tem sobre essa causa. Junta-se a isso o fato dessa causa representar um campo de ação política dado hoje por algumas condições. Essas condições se referem aos programas e projetos hoje pensados para fortalecer a Economia Solidária, especialmente aqueles de configuração nacional, a exemplo do Projeto Brasil Local, passarem por uma discussão com o Movimento de Economia Solidária através do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES. Essa instância consultiva e deliberativa das políticas para a Economia Solidária é o espaço de oportunidade política para discutir a forma e o conteúdo que devem ter as Políticas de Economia Solidária. Essas devem corresponder às necessidades dos ESs de articularem-se produtivamente, a partir de uma estratégia de longo prazo, desenhada a partir da organização de cadeias produtivas solidárias, como forma de garantir a sustentabilidade dos mesmos.

3.2.2 Nó crítico: Entidades de Apoio desconhecem a proposta da TS

Outro nó crítico selecionado para este trabalho se refere ao fato de que “as EA desconhecem a proposta da TS”. Levando em conta a oportunidade política e a alta governabilidade que tem o ator declarante - Movimento de ES - sobre o mesmo, se considera pertinente a seleção desta causa já que sua solução ou abordagem terá grande impacto sobre o problema central do trabalho.

Nesse sentido, se entende como necessária a formação de profissionais que possam superar a visão determinista, neutra e linear da Ciência e da Tecnologia e entender as mesmas como construção social. Assim, a formação deve levar em conta os processos de coconstrução de tecnologias (junto aos atores que a vão a usar, adequadas às necessidades que estes enfrentam no seu cotidiano, que agreguem os saberes que as populações possuem por suas experiências e habilidades) como uma condição indispensável para viabilizar o projeto social da ES. Desta forma, entendemos que a orientação da formação dos profissionais universitários, atualmente adequada aos objetivos, interesses e valores das empresas capitalistas, precisa ter seu potencial de geração de conhecimento e inovações reorientados para atender aos objetivos, interesses e valores dos ESs.

Para levar isso a cabo é necessário a ampliação de uma visão que aposta somente na vontade e compromisso de alguns profissionais com a mudança social e no seu trabalho voluntário em cooperativas e empreendimentos autogestionários, para apostar na criação de mecanismos institucionais que remunerem, com fundos públicos, o trabalho dos mesmos. “Esses mecanismos permitirão fixar nos empreendimentos solidários, com a intermediação das incubadoras de cooperativas, professores, pesquisadores, doutores, mestres, graduados e estudantes de pós-graduação e graduação, mediante a sua remuneração com fundos públicos, tal como já ocorre no caso das empresas.” (DAGNINO, 2011, p. 182)

Esta estratégia, a nível macro, implicaría também numa mudança na orientação do trabalho desses profissionais junto aos ESs (micro) que pode levar à superação da forma puntual, paternalista e paliativa que tem marcado suas intervenções e a compreensão da complexidade dos problemas enfrentados pelos ESs. Isso implica a formulação de estratégias a longo prazo que incluam o relacionamento produtivo e a conformação de cadeias produtivas solidárias como forma de construir a sustentabilidade (econômica, social e cultural) da ES como projeto de sociedade.

A governabilidade sobre o nó crítico está dada pelo fato do Movimento de Economia Solidária – ator que declara o problema - ter a possibilidade de perceber as implicações da atual forma de atuação dos profissionais junto aos ESs e as limitações do tipo de formação e ferramentas desses profissionais das EA. O movimento tem tanto o poder de fazer essa crítica, quanto a oportunidade de pensar e demandar novas propostas formativas que incluam uma abordagem socio-técnica e multidisciplinar.

Entende-se também, que existe uma oportunidade política em relação a este nó crítico selecionado, que está dada pela eleição de diversos governos com uma orientação de esquerda nos países da América Latina, fato que abre espaços para pensar transformação no âmbito educativo e formativo. Exemplos desta situação são os projetos como da Universidade de Integração latino americana (UNILA), Universidade Bolivariana de Venezuela (UBV) e a Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT), nas quais se busca uma formação orientada à resolução de problemas sociais, estreitando o vínculo com as comunidades e os movimentos sociais. Novaes (2010) faz referência a esta situação e diz que

no campo das ciências sociais, surgiram alguns projetos e até mesmo algumas universidades que estabeleceram vínculos mais estreitos com os movimentos sociais. Poderíamos destacar a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) como uma tentativa de criação de uma universidade “paralela” e “fora” do Estado, e a Universidade Bolivariana da Venezuela (UBV) como a tentativa de criação de uma universidade “paralela”, mas “dentro” do Estado (NOVAES, 2010, p. 8).

Nessa conjuntura, o Movimento de TS se converte em um ator chave no desenvolvimento de uma estratégia política que objetive colocar seus interesses na agenda pública, propiciando, desta forma, a inclusão de uma nova orientação na formação e nas relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), assim como, a incidência na orientação das políticas de Ciência e Tecnologia. Esta intervenção ganha relevância pois, como afirma Dagnino (s/d), este movimento pode desempenhar um papel estratégico através da formação de profissionais com um novo perfil para atuar na construção de uma sociedade melhor.

3.2.3 Nó crítico: Fragilidade do Movimento de Economia Solidária para incidir na política nacional

A atual fragilidade de organização política do Movimento de Economia Solidária se reflete na sua capacidade de incidir na política nacional e, assim, garantir as

políticas e recursos necessários para a organização produtiva dos empreendimentos solidários.

A atuação do movimento se reverte de grande importância como um ator que pode provocar a reflexão e a ação dos empreendimentos. Essa ação precisa se reverter de numa luta política tanto para colocar na agenda política as suas reivindicações e transformá-las em políticas públicas, quanto provocar a crítica sobre esse Estado Capitalista. Um Estado que tem sido o grande baluarte na garantia da sustentabilidade das empresas privadas: na criação das condições de seu funcionamento e na compra dos bens e serviços gerados pelas mesmas. A crítica a essa situação e a luta pela reversão desse aparato estatal a favor da economia solidária é um fator que pode demarcar grandes mudanças nos rumos da economia solidária e nos caminhos para superar o escasso relacionamento produtivo entre os empreendimentos solidários.

Há, dessa forma, a necessidade de fortalecimento desse movimento como um meio do mesmo ganhar cada vez mais visibilidade no cenário político e econômico a ponto de mostrar-se à sociedade como uma alternativa viável de inclusão social. Essa alternativa é baseada na organização dos/as trabalhadores/as para produzir e consumir de forma diferenciada do projeto capitalista, pois tendo como característica a propriedade coletiva dos meios de produção e a autogestão, tem a solidariedade como eixo estruturante de um projeto de desenvolvimento.

O fortalecimento do Movimento provocará a constituição do marco legal da Economia Solidária e, com isso, a criação de um Sistema Nacional de Políticas Públicas que garantam, entre outras coisas, fundos específicos de apoio financeiro e o aparato técnico para o seu desenvolvimento.

Assim, a escolha dessa causa como “nó crítico” justifica-se pela sua capacidade, se “desatado”, de reverter a situação de falta de recursos que é um dos fatores que dificultam a organização dos Empreendimentos de Economia Solidária em cadeias produtivas, condição necessária para que haja complementaridade produtiva e conseqüentemente relações produtivas entre os mesmos, para saírem da condição subordinada às cadeias produtivas da economia formal.

Além dos motivos acima expostos, a escolha dessa causa como nó-crítico também se justifica pelo fato do declarante do problema ser o próprio Movimento de Economia Solidária e, portanto, ter o poder de agir diretamente sobre essa causa, tendo governabilidade de atuar no fortalecimento do próprio movimento. É um campo que se caracteriza, para o declarante, como um centro prático de ação.

Outro motivo se relaciona justamente com o fato de que essa situação resolvida, ou seja, fortalecido o Movimento de Economia Solidária, este ganha visibilidade e poder de intervir na agenda política nas diferentes instâncias. Sendo um movimento forte e atuante politicamente as possibilidades de terem respostas às suas reivindicações se torna possível. Com isso “desata-se” um nó que vai impactar diretamente sobre o problema do escasso relacionamento produtivo entre os ESs, pois a luta política do movimento construirá as condições de superação desse problema.

Por último, é importante ressaltar que a Economia Solidária tem tido muita visibilidade nos últimos anos e começa a estar presente nos discursos políticos e em várias agendas, inclusive com reflexo na criação tanto de instâncias governamentais quanto de leis, programas e projetos de fortalecimento. Ou seja, o que se tem no momento, é um campo oportuno de ação política.

No caso brasileiro, o Movimento de Economia Solidária já conquistou uma secretaria nacional, programas e projetos, mas ainda tímidos tanto no que se refere à dotação dos recursos quanto nas estratégias adotadas para fortalecer e apoiar os empreendimentos. Entende-se também que essas políticas, programas e projetos, ainda incipientes e marcados por descontinuidades, são um avanço e que a melhoria, a ampliação do que se tem passa, necessariamente, pelo fortalecimento do Movimento de Economia Solidária, como ator que fará a pressão de baixo para cima pelas transformações que se quer ver operando no campo que constrói: apoio contínuo aos empreendimentos solidários via ação do Estado.

PARTE IV: PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação se refere às operações que serão implementadas para resolver ou “desatar” os nós críticos e, assim, resolver a situação-problema.

Essas ações se referem tanto à formação em Tecnologia Social e quanto ao fortalecimento político do Movimento de Economia Solidária, por entender essas como estratégias para gerar as condições de superação do problema central desse trabalho.

Para cada ação, elencou-se um conjunto de atores que serão envolvidos no desenvolvimento das mesmas.

Ressalta-se que essas ações se constituem como macros, que na sua execução, serão necessárias outras ações micros para que alcancem o objetivo que indicam.

4.1. AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS

Nós Críticos	Descritores	Operações	Atores envolvidos
ESs não têm estratégia produtiva	D1: Não existe registro no SIES de atividades coletivas de adensamento de cadeias produtivas no Brasil.	<p>A1: Capacitar os ESs para organização em cadeias produtivas solidárias;</p> <p>A2: Envolver as incubadoras universitárias na promoção e criação de cadeias produtivas solidárias</p> <p>A3: Incluir a TS como ferramenta de ação do PRONINC</p>	<p>A1: FINEP, Rede de ITCPs, Rede de Pro-reitores de extensão, SENAES, FBB.</p> <p>A2:ITCPs, Movimento de ES, Rede UNITRABALHO</p> <p>A3: Movimento de ES, ITCPs, Profissionais de diferentes áreas</p>
Entidades de Apoio (EA) desconhecem a proposta da TS	<p>D2: Das 650 instituições ligadas a RTS apenas 9% são EA</p> <p>D2: Apenas 6 Universidades brasileiras trabalham teoricamente a TS</p>	<p>A1: Promover a capacitação das EA em Tecnologia Social;</p> <p>A2: Formação de Equipe de trabalho com capacitação em</p>	<p>A1: GAPI, IEC, ONGs, Universidades, Parques Tecnológicos, Movimentos Sociais, UNITRABALHO, UNISOL, FINEP, SENAES, FBB</p> <p>A2: GAPI, IEC, ONGs,</p>

		<p>TS</p> <p>A3: Incluir nos currículos das universidades a TS</p> <p>A4: Divulgar conhecimentos em TS</p>	<p>Universidades, Parques Tecnológicos, Movimentos Sociais, UNITRABALHO UNISOL, FINEP, SENAES, FBB</p> <p>A3: Universidades, Pro-reitores de graduação, Pro-reitores de extensão, Pro-reitores de pesquisa</p> <p>A4: Universidades, pesquisadores, extensionistas e movimentos sociais</p>
--	--	--	---

<p>Fragilidade do movimento de ES para incidir na política</p>		<p>A1: Capacitação dos atores da ES em políticas públicas;</p> <p>A2: Incidir na política para aprovação do marco legal da ES;</p> <p>A3: Colocar na agenda de discussão do movimento o poder de compra do Estado;</p>	<p>A1: CFES, Movimento de ES, Entidades de articulação nacional, CUT, RECID, Universidades, ITCPs, ASA</p> <p>A2: Movimento de ES, Rede de gestores, parlamentares, movimentos sociais, estudantes, CNES</p> <p>A3: Movimento de ES, Rede de gestores, CNES</p>
--	--	--	---

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises do presente trabalho sobre o problema que dá origem ao mesmo, entendemos como necessário para a superação da condição de funcionalidade subordinada à economia formal, na qual se encontra os Empreendimentos de Economia Solidária, a percepção por parte do Movimento de ES e outros atores vinculados ao mesmo, da elaboração e consolidação de uma estratégia produtiva. Essa estratégia deve incluir o relacionamento produtivo que possibilite avançar tanto no

controle das cadeias produtivas capitalistas já consolidadas, quanto na formação de novas cadeias baseadas nos princípios da Economia Solidária.

Entendemos que essa estratégia possibilitaria também, o fortalecimento do Movimento de Economia Solidária para a sustentabilidade econômica, social, cultural e política ao projeto social proposto pela mesma.

Para chegar a essa estratégia consideramos fundamental reverter o caráter do Estado para que seu poder de compra de bens e serviços hoje direcionado às empresas capitalistas seja voltado para os ESs.

Isso exige que os ESs sejam organizados produtivamente para atender a essa potencial demanda do Estado, assim como orientem a sua produção para as demandas das comunidades onde estão localizados e para fornecer insumos a outros ESs. Nesse sentido, é necessário profissionais com uma formação que se adeque às demandas dos mesmos, mediante o conhecimento da proposta de TS. Assim como, que se perceba a necessidade de desenvolver tecnologias adequadas aos interesses e necessidades da ES, que se convertam em sua base cognitiva de lançamento.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, M. de O. **Neutralidade da ciência, desencantamento do mundo e controle da natureza.** Scientiæ zudia, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 97-116, 2008.

DAGNINO, R. **Economia Solidária e Tecnologia Social: construindo pontes.** Texto construído a partir da transcrição de uma exposição oral baseada na projeção de lâminas. 2011

DAGNINO, R. **Planejamento Estratégico Governamental.** Florianópolis: Departamento de Ciências de Administração/UFSC; Brasília: UAB, 2009.

DAGNINO, R; BEZERRA DA SILVA, R. **Por que o movimento da tecnologia social não está influenciando o desenvolvimento tecnocientífico?** (s,d). Unicamp.

DAGNINO, R, et al. **Tecnologia Social.** UNICAMP. Campinas, 2011

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Movimentos sociais debatem V Plenária com o FBES.** Disponível em <www.fbes.org.br> Acessado em 02/05/2012 às 18:00h

FRAGA, L. “**Autogestão e tecnologia social: utopia e engajamento.**” Em Benini. E, Sarda de Faria. M; Novaes. H; Dagnino.R. **Gestão publica e trabalho associado. Fundamentos e perspectivas.** Outras Expressões. São Paulo, 2011.

GAIGER, Luiz I.; ASSEBURG, Hans (2006). **A economia solidária e a redução das desigualdades.** Anais da ANPEC-SUL, UFSC, Florianópolis. Disponível em <www.ecosol.org.br/txt> Acessado em 02/05/2012 às 21:00h.

LECHA, N. M. P. **Economia Solidária**. Volume 1. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>> Acesso em 01 maio 2012

MANCE, Euclides André. **Redes de Colaboração Solidária**, 2002. Disponível em <www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/redesdecolaboracao-pt.pdf> Acesso em 27 de abril de 2012, às 21:00h

NOVAES, H. **A relação universidade-movimentos sociais na América Latina: habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas**, Campinas,SP.: [s.n.], 2010

NOVAES, H. T. **Reatando um fio interrompido: a relação universidade - movimentos sociais na América Latina**. Editora Expressão popular, São Paulo, 2012.

PATY, Michel. **A Ideia da Universalidade da Ciência e sua Crítica Filosófica e Histórica**. Trad. em português por Pablo Ruben Mariconda, Discurso (USP, São Paulo), nº28, 1997, 7-60.

PINCH,T; BIJKER,W. (1987)“La construcción social de hechos y artefactos: o acerca de como la sociología de la ciencia y la tecnología pueden beneficiarse mutuamente. In:

RUFINO, S; AMATO NETO, J. **Em busca de um processo produtivo democrático: a experiência da cooperativa do sabor**. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção Anais. Anais... Salvador, 2001.

RUTKOWSKI, J; LIANZA, S. **Sustentabilidade de empreendimentos Solidários: que papel espera-se da tecnologia?**. Tecnologia Social Uma Estratégia Para o Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2004.

SINGER, P. **Entrevista Economia Solidária**. São Paulo, 2007.

SINGER, P; SOUZA, A. R. (orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

THOMAS, H y ALFONSO BUCH (coords) (2008). **Actos, actores, y artefactos. Sociología de la tecnología.** Bernal: Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes.